

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Nova lei do gás tem chance média de ser aprovado	2
Título: Chile quer replicar com o hidrogênio o sucesso das energias renováveis	3
Título: Destaques	5
Título: Alubar se reorganiza com foco no exterior.....	6
Título: Administrativo da Petrobras terá teletrabalho permanente.....	8
Título: Restrição dos EUA é adequada, diz siderurgia.....	9
Título: China puxa cotação do minério em 2020; Brent segue em queda no ano.....	10
Título: Brasil estuda criar uma nova cota para o etanol importado	12
Título: Resistência à medida ganha reforço no país	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Câmara põe em votação novo marco para setor de gás	15
Título: Gigantes do petróleo enfrentam o desafio da adaptação à economia verde	17
Título: Estatal se desfaz de ativos renováveis e foca em petróleo	18
Título: A economia verde pode ter o selo ‘made in Brazil’	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: A nova era do ‘capitalismo moral’	21
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: O impossível nó do gasto público	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/09/2020****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto — De Brasília****Título: Nova lei do gás tem chance média de ser aprovado*****Quatro medidas provisórias podem ser aprovadas pelos deputados nesta semana***

O projeto da Nova Lei do Gás, prioridade do governo e previsto para ser votado esta semana pela Câmara dos Deputados, tem apenas chance “média” de se tornar uma lei nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Ao todo, seis propostas pautadas para votação na Câmara e Senado esta semana têm alta chance de aprovação. O novo marco legal do gás, que acaba com o monopólio da Petrobras e visa baratear o preço desse combustível, principalmente para os grandes consumidores, está previsto para começar a ser debatido hoje, mas tem chance média de se tornar uma lei - ainda é preciso, depois da avaliação dos deputados, a análise dos senadores.

Entre os projetos com alta chance de aprovação estão quatro medidas provisórias (MPs) do governo, para mudar os contratos dos tripulantes de aeronaves operadas pela administração pública e antecipar o pagamento de licitações durante da pandemia, como forma de acelerar a continuidade de serviços e obras. As outras duas são abertura de crédito extraordinário para ministérios e R\$ 5 bilhões para operações oficiais de crédito para o setor de turismo.

Os deputados também votam projeto de lei que aumenta penas de crimes contra a administração pública durante da pandemia e que autoriza o uso de veículos do transporte escolar para levarem profissionais de saúde e pacientes para tratamento enquanto as unidades de ensino estiverem fechadas por causa da covid-19.

O Senado não tem divulgado sua pauta de votações com antecedência. Por causa da pandemia, as duas Casas estão com uma agenda reduzida e somam apenas sete projetos previamente pautados em plenário. A probabilidade de aprovação dos projetos é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/09/2020

Seção: Internacional

Autor: Benedict Mander — Financial Times

Título: Chile quer replicar com o hidrogênio o sucesso das energias renováveis

País quer usar excedente de energias renováveis para produzir hidrogênio verde, que poderia se tornar um dos principais produtos de exportação chilenos

Há menos de uma década, empresas de energia zombavam do esforço do Chile para desenvolver seu setor de energias renováveis, chamando-o de muito caro, apesar de o país ter uma das melhores incidências de luz solar do mundo. Desde então, uma revolução da tecnologia derrubou o custo da geração solar em 80%, e as energias renováveis agora perfazem 44% da matriz do Chile, que não depende mais de energia importada.

O Chile agora espera conseguir um feito parecido com o hidrogênio verde, uma alternativa limpa aos combustíveis fósseis que - ao contrário das energias solar e eólica - pode ser usado a qualquer momento do dia ou da noite e em quaisquer condições de clima.

O hidrogênio verde é produzido usando-se a eletricidade de energias renováveis para eletrolisar a água, separando os átomos de hidrogênio e oxigênio. Como combustível, o hidrogênio não produz emissões e pode ser usado em células de combustível ou motores de combustão interna de carros, ônibus, navios e até mesmo foguetes.

“O Chile poderá exportar US\$ 30 bilhões em hidrogênio verde até 2050”, diz Juan Carlos Jobet, ministro da Energia do país. “É o mesmo que exportamos hoje em cobre.”

O cobre é o motor da economia chilena, respondendo por metade de suas exportações, com uma grande demanda da China.

Jobet diz que o hidrogênio verde tem potencial de ser “transformador” para a economia do Chile, com grande impacto na criação de empregos e no desenvolvimento local. Ele destaca ainda a necessidade de diversificar a economia e reduzir as emissões de carbono do setor de mineração para cumprir as metas do Acordo de Paris.

A consultoria McKinsey calcula que os investimentos globais em hidrogênio verde - tanto nos eletrolisadores necessários para produzi-lo, quanto nas usinas de energia renovável - deverão chegar a cerca de US\$ 500 bilhões até 2030 e US\$ 2,5 trilhões até 2050.

“São número muito grandes, e o Chile precisa encontrar um meio de capturar parte desses investimentos”, diz Jobet.

Para isso acontecer, avanços serão necessários em países que estão desenvolvendo a tecnologia, como EUA, Alemanha, Japão e Reino Unido, para reduzir os custos de produção e níveis viáveis.

O objetivo do governo chileno é produzir hidrogênio verde por menos de US\$ 1,50 o quilo até 2030, preço que seria altamente competitivo nos mercados internacionais e permitiria ao país substituir outros combustíveis.

Hans Kulenkampff, presidente da H2Chile, associação dos produtores de hidrogênio verde do país, diz que um ponto de inflexão poderá ser alcançado em 2027. Mas ele alerta que isso exigirá uma maior consciência e entendimento do potencial do país, especialmente no setor minerador, onde o governo espera que a tecnologia seja lançada antes, com um foco nos caminhões movidos a diesel usados no transporte de rochas.

“A princípio tudo é possível, mas é preciso ganhar escala, e esse é um problema do investimento”, diz Kulenkampff, acrescentando que isso exige “um Estado ativo para resolver o dilema do ‘ovo e da galinha’” entre a oferta e a demanda.

“A questão é quem paga pelo investimento, pela transição energética... precisamos resolver isso, e não é fácil”, explica. Kulenkampff observa que enquanto a Alemanha já separou US\$ 9 bilhões para promover o hidrogênio verde, países em desenvolvimento como o Chile precisam atender problemas sociais urgentes. No ano passado o país teve uma onda de protestos contra a desigualdade social.

Até agora, os grupos mineradores no Chile se mostraram “tímidos” na resposta ao hidrogênio verde, segundo Eduardo Bitran, ex-presidente da Corfo, a agência de desenvolvimento do país.

Mas ele diz que mais de 65 empresas de vários setores, incluindo grandes grupos de energia como Siemens, Enel e AES, estão debatendo como promover a tecnologia. E afirma que há 20 projetos-pilotos de hidrogênio verde no país, incluindo um para empilhadeiras do Walmart e uma joint venture entre a Enaex, estatal de explosivos, e a empresa francesa de serviços públicos Engie para produzir amônia verde para mineradoras.

Sebastián Carmona, gerente de inovação da Codelco, a estatal de mineração chilena, diz que a empresa já deu “passos pioneiros na introdução da mobilidade elétrica em nossas minas subterrâneas e transporte”. Mas diz que enquanto o grupo analisa o uso do hidrogênio em motores de caminhões, será preciso fazer uma avaliação “cuidadosa” das exigências de energia e água, assim como dos custos de geração e armazenagem.

Roberto Muñoz, gerente de energia da Antofagasta Minerals, maior mineradora privada do Chile, diz que a empresa monitora o desenvolvimento de tecnologias limpas e que a mina de Los Pelambres é a mais avançada no estudo do uso do hidrogênio verde.

Mas Muñoz observa que é preciso mais trabalho para estabelecer a viabilidade econômica e de segurança, acrescentando que poderá levar “vários anos” até que a tecnologia seja comercialmente viável.

Eduardo Bitran insiste a adoção do hidrogênio verde é uma escolha óbvia para as mineradoras e outras empresas, em razão do potencial de melhora da aceitação pública da mineração e também da tendência em direção à cobrança de mais impostos das empresas poluentes - como tarifas transfronteiriças sobre o carbono, que punem o “dumping ambiental”.

Bitran enfatiza a importância de o Estado ter um papel catalisador, com um esforço necessário no lado da oferta. “Os governos podem criar as condições e proporcionar os sinais regulatórios, mas no fim isso será feito pelo setor privado... que já percebeu que sua pegada de carbono está cada dia maior.”

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	01/09/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

BR e Eletrobras

A BR Distribuidora informou ter recebido aproximadamente R\$ 34,8 milhões correspondentes à 28ª parcela da negociação de dívida com a Eletrobras. A distribuidora de combustíveis já recebeu cerca de R\$ 4,52 bilhões referentes aos instrumentos de confissão de dívidas (ICDs) assinados com a Eletrobras e suas controladas distribuidoras de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/09/2020****Seção: Empresas****Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo****Título: Alubar se reorganiza com foco no exterior**

Fabricante de cabos elétricos de alumínio está aumentando capacidade produtiva para atender distribuidoras e, em paralelo, quer crescer internacionalmente

Maior fabricante de cabos elétricos de alumínio na América Latina, a Alubar está se preparando para um novo ciclo de crescimento. A companhia paraense, que já é líder no fornecimento para linhas de transmissão de energia, quer aumentar sua participação no segmento de distribuição. Em paralelo, pretende acelerar o plano de internacionalização dos negócios iniciado no ano passado, com a compra de uma fábrica no Canadá.

Sediada no polo industrial de Barcarena (PA), a fabricante está investindo para atender a crescente demanda das distribuidoras. A partir de agosto de 2021, as unidades da Alubar vão triplicar a capacidade de produção de cabos para o mercado de distribuição de energia, chegando a 40 mil toneladas por ano.

Os investimentos, cujos valores não são revelados, têm como objetivo aumentar a fatia da distribuição no faturamento. Hoje, esse mercado corresponde a 25% do faturamento da Alubar no setor elétrico - os outros 75% vêm da transmissão. “Vamos avançar num segmento de mercado que já temos participação relevante, mas não tão significativa quanto em transmissão”, afirma Maurício Gouvea, presidente da Alubar Metais e Cabos.

Na visão do executivo, os negócios em distribuição devem mostrar mais fôlego em 2021 com a “demanda represada” deste ano. Por causa da pandemia, que causou redução abrupta no consumo de energia durante alguns meses, várias distribuidoras decidiram revisar os investimentos em expansão das redes planejados para o ano, adiando os aportes para um momento de retomada do mercado. “Imaginamos que talvez as distribuidoras demandem até mais do que antes da pandemia. Estaremos prontos para atendê-las”.

Já em transmissão, segmento que oferece um fluxo de encomendas mais previsível e de longo prazo, a companhia prevê continuar ampliando sua participação de mercado. Hoje, a Alubar fornece cerca de 120 mil toneladas de cabos por ano para transmissão, o que corresponde a 70% do mercado brasileiro.

Segundo Gouvea, já começaram as negociações com potenciais participantes do próximo leilão de transmissão do governo federal. Marcado para dezembro, o certame negociará onze lotes em nove estados, que devem exigir investimentos totais de R\$ 7,4 bilhões. “Os clientes estão muito interessados [no leilão], devemos ter uma procura grande. Da nossa parte, não devemos ter dificuldade para atender a demanda.”

Além da ampliação de capacidade produtiva, a Alubar acabou de passar por uma reestruturação interna para fortalecer seu plano de internacionalização. As áreas que cuidam de planejamento e decisões estratégicas estão sendo realocadas para um novo escritório, na capital paulista. Com a mudança, prevista para acontecer até o fim deste ano, a sede em Barcarena e as outras unidades ficarão concentradas na parte operacional.

“A ideia é conseguir enxergar e estudar melhor novas oportunidades, além de padronizar e centralizar a gestão das operações”, diz Gouvea, que comandará a divisão. O escritório ficará na região da Faria Lima e contará com 90 pessoas.

Uma das principais oportunidades de expansão está na América do Norte. “O mercado americano [para cabos elétricos] é quatro vezes maior que o brasileiro. E diferentemente do Brasil, que tem capacidade de produção para sua necessidade, o mercado americano não, eles precisam importar e dão preferência para compra de produtores locais e do Canadá”, afirma Gouvea.

No ano passado, a Alubar deu seu primeiro passo fora do país, com a aquisição de uma unidade de vergalhões de alumínio em Bécancour, no Canadá. A unidade iniciou operações neste ano e está trabalhando a plena capacidade. Lá, a Alubar produzirá, por ano, 86 mil toneladas de vergalhões e ligas de alumínio, que servem como matéria-prima para a fabricação de cabos elétricos e serão direcionados ao mercado americano e europeu.

Além disso, a companhia avalia começar a exportar a partir do Brasil para países da América Latina. Também estão no radar novos investimentos dentro do mercado nacional. “Se não fosse a pandemia, teria sido mais rápido [definir os investimentos]. Devemos finalizar isso nos próximos meses”.

Criada em 1994, a Alubar Metais e Cabos tem duas unidades para produção de cabos de alumínio no Brasil, em Barcarena (PA) e Montenegro (RS). Já em Cotia (SP), fabrica cabos de cobre, destinados também à construção civil e indústrias. No ano passado, teve receita líquida de R\$ 1,2 bilhão. Além da empresa de metais e cabos, o grupo tem ainda a Alubar Energia, que atua nos segmentos de transmissão (integradora, projetista e construtora de linhas de transmissão e subestações) e geração (EPCista). A Alubar Energia tem ainda participação em uma linha de transmissão e em um parque eólico.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/09/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Administrativo da Petrobras terá teletrabalho permanente**

A ideia é adotar um sistema híbrido, segundo o qual os funcionários poderão trabalhar até três dias na semana fora do escritório

A Petrobras implementará o teletrabalho de forma permanente para os seus empregados do regime administrativo. Pelo modelo aprovado pela diretoria na sexta-feira, a ideia é adotar um sistema híbrido, segundo o qual os funcionários poderão trabalhar até três dias na semana fora do escritório.

O “home office” permanente terá adesão voluntária e começará a ser implementado assim que autorizado o retorno ao trabalho presencial. Cerca de 25 mil empregados exercem suas atividades à distância desde março, em função da pandemia da covid-19. A intenção é manter até o fim do ano o atual modelo, em que os funcionários trabalham todos os dias remotamente. A petroleira esclareceu que continuará monitorando o cenário constantemente.

O **Valor** apurou que, numa pesquisa interna realizada pela companhia em agosto, cerca de 11 mil empregados que estão em “home office”, durante a pandemia, manifestaram interesse em aderir ao teletrabalho de forma permanente. O público-alvo elegível ao modelo é de 28,5 mil pessoas, dos quais 13 mil responderam à pesquisa.

A estatal destacou que o teletrabalho permanente também poderá ajudar no corte de custos com a ocupação de prédios corporativos. Segundo uma fonte da empresa, a capacidade predial da Petrobras está sendo planejada considerando a presença de 50% do efetivo.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse em julho, ao participar da “Live do Valor”, que com o corte de pessoal em curso e com a ampliação do uso de teletrabalho, a Petrobras espera reduzir de 17 em 2019 para oito em 2021 o número de prédios corporativos em uso. Só com a liberação da Torre Pituba, em Salvador (BA), a economia é de R\$ 35 milhões/ano com custos de manutenção.

A estatal esclareceu que o novo modelo de teletrabalho levou em conta a posição das entidades sindicais e pesquisa interna, além de práticas observadas em outras empresas. Recentemente, no âmbito das negociações sobre o Acordo Coletivo do Trabalho, a Petrobras se comprometeu a criar um grupo de trabalho para acompanhamento do “home office”.

Segundo a diretora da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Cibele Vieira, a categoria se queixa da falta de controle sobre as horas trabalhadas pelos funcionários e da proibição ao teletrabalho integral para empregados de Estados de onde a petroleira está de saída - já que esses colaboradores terão de migrar, em alguns casos, para outras regiões. “Pedimos para que essa escala de “home office” fosse ao menos flexibilizada, para que esses empregados possam ficar mais dias seguidos trabalhando de casa, mais perto da família, em outros Estados”, disse.

A empresa alega que o modelo híbrido “contribui para a construção do sentimento de time, o desenvolvimento das pessoas e o fortalecimento da cultura Petrobras”. Sobre o controle de horas, a Petrobras informou que o acompanhamento das atividades se dá por entregas e que os empregados devem cumprir fielmente sua jornada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Restrição dos EUA é adequada, diz siderurgia

Brasileiras já exportaram 90% das 3,5 milhões de toneladas previstas neste ano para o mercado americano

A redução das cotas de exportação de aço para os Estados Unidos foi recebida pelo setor siderúrgico como “adequada”. O presidente do Instituto Aço Brasil (IABR), Marco Polo de Mello Lopes, disse que diante das alternativas que eram aventadas pelo governo americano, essa redução na cota do último trimestre do ano não terá o impacto nas empresas do setor.

O Brasil pode exportar 3,5 milhões de toneladas de placas para os EUA por ano. Esse volume é dividido em 90% do primeiro ao terceiro trimestre do ano e o restante em outubro, novembro e dezembro. Das 350 mil toneladas que deveriam ser embarcadas nos últimos meses de 2020, o Brasil vai enviar 60 mil toneladas.

Segundo Mello Lopes, os EUA são importadores de produtos semi-acabados e o Brasil é o maior exportador para aquele mercado. “Com a crise econômica, as siderúrgicas americanas estavam ociosas e poderiam fornecer placas para o mercado interno. A proposta do governo americano era cancelar essa cota final”, disse Mello Lopes.

Das 290 mil toneladas da cota final que não serão exportadas, o dirigente informou que em dezembro será feita uma negociação com o governo

americano. Segundo ele, a tendência é que esse volume seja incorporado na cota do primeiro trimestre de 2021. Atualmente, os maiores exportadores brasileiros são a Ternium, ArcelorMittal Tubarão e a Companhia Siderúrgica de Pecém (CSP).

Para o presidente do Instituto Nacional de Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro, essa redução é pequena, se for comparada ao volume embarcado ao mês pelo Brasil. “Deixar de exportar 290 mil toneladas de placas é pouco, em julho o país exportou para a China 300 mil toneladas. Não irá impactar tanto nos números globais. O que precisamos saber é se [os EUA] aplicarão o mesmo redutor no primeiro trimestre do próximo ano.”

Para a agência de risco, Moody’s, no entanto, essa redução de cotas de importação nos EUA de aço do Brasil é negativa para o setor siderúrgico brasileiro. Isso aumenta a incerteza em relação ao acesso de algumas linhas de produtos ao mercado americano no futuro. “E diminui um canal de exportação do produto brasileiro para o restante de 2020, mas não afetaria significativamente as principais siderúrgicas brasileiras, como Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Gerdau e Usiminas”, afirma a vice-presidente assistente da Moody’s, Carolina Chimenti.

Segundo ela, apesar de os EUA não terem especificado quais linhas de produtos serão afetadas, os exportadores de produtos semi-acabados provavelmente seriam os mais afetados pela redução das cotas até o fim do ano, dado que esse produto é o mais exportado para o mercado americano.

“A CSN e a Usiminas não têm grande exposição aos EUA, portanto a qualidade de crédito das empresas não seria afetada pela redução das cotas. Já a Gerdau se beneficiaria de um maior protecionismo no mercado americano, pois a operação da empresa naquele mercado provavelmente se tornaria mais rentável” ressaltou.

A executiva acrescentou que, para 2021, a expectativa é de que as cotas retornem aos limites anteriores. No entanto, Carolina se mostrou preocupada com a possibilidade de renovação dos cortes. “O governo americano não descartou a possibilidade de novas modificações”, disse a executiva da Moody’s.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: China puxa cotação do minério em 2020; Brent segue em queda no ano

Demanda por aço continua forte no mercado chinês impulsionada por medidas de estímulo à economia

O forte estímulo do governo chinês à economia local continua influenciando positivamente os preços de minério de ferro em agosto. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% de ferro subiu ontem 0,08% a US\$ 124,47 por tonelada. Os ganhos acumulados até agora são elevados: 12,56% em agosto e 35,10% em 2020.

Para o analista do Itaú BBA, Daniel Sasson, a pressão na demanda continuará forte no curto prazo. Segundo ele, a China continuará ditando o ritmo da cotação da commodity. “Neste mês [agosto] foi muito forte. O minério chegou a US\$ 129, que foi a máxima que não se via desde de 2014, isso suportado pela demanda da China”, disse Sasson.

Segundo ele, para o ano, no entanto, a cotação do minério de ferro não deverá se manter nesse patamar. Sasson afirmou que o preço deve ficar em torno de US\$ 100 a tonelada. “A Vale deverá ter uma produção e vendas no segundo semestre bem acima do que teve na primeira metade do ano, para se chegar ao ‘guidance’ de 310 milhões a 330 milhões de tonelada”, ressaltou.

No primeiro trimestre, a companhia produziu 127 milhões de toneladas. De julho a dezembro, a empresa terá de produzir ao redor de 185 milhões de toneladas, segundo Sasson. “É um crescimento de mais de 40% e esse aumento de disponibilidade de minério dará uma acomodação no preço. Para 2021, acreditamos que o minério de ferro deverá ficar em torno de US\$ 90 a tonelada”, acrescentou o analista.

Agosto também foi bom para o petróleo tipo Brent, referência mundial, mas não o suficiente para reverter as perdas acumuladas. No mês passado, o barril do Brent terminou com alta de 6,1%, a US\$ 45,93. Mas no ano a queda acumulada ainda é de 30,4%. Gabriel Francisco, analista da XP Investimentos, disse que agosto foi equilibrado em termos de oferta e demanda.

“Mostra que a economia está se recuperando com a flexibilização. Naturalmente a demanda volta. Não estamos mais no momento de maior incerteza”, disse Francisco. Segundo ele, os estoques nos EUA vem se mantendo nos últimos meses. No mês passado, chegou a 10,8 mil barris por dia, mas no início do ano, de acordo com ele, era cerca de 12,7 mil barris por dia.

“Está estável desde maio. Agora, temos um norte. A demanda esta se recuperando, o pior momento passou. A normalidade econômica virá somente com a vacina e acreditamos que o preço deve se manter nesse patamar até o fim do ano”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/09/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Daniel Rittner, Lu Aiko Otta, Cristiano Zaia e Rafael Walendorff — De Brasília****Título: Brasil estuda criar uma nova cota para o etanol importado****Após fim da cota que existia, Ernesto Araújo intercede em favor dos EUA**

Depois de não renovar a cota de importação de 750 milhões de litros de etanol de fora do Mercosul com tarifa zero, o governo brasileiro estuda criar uma cota proporcional válida por até três meses para a entrada do biocombustível sem taxa no país. O movimento foi costurado pelo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a contragosto da maior parte dos seus pares de Esplanada, para atender à pressão dos Estados Unidos, principal beneficiário da medida.

Uma reunião extraordinária do Comitê Executivo (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) poderá ocorrer ainda nesta terça-feira para avaliar o assunto. A realização do encontro depende de consenso prévio entre os integrantes sobre o benefício temporário, mas a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, resiste. Na semana passada, o tema foi retirado da pauta do colegiado a pedido do setor produtivo nacional.

A proposta em análise quer estabelecer uma cota proporcional aos 750 milhões de litros anuais, sem a incidência de tarifa de importação, mas por um período mais curto, de 30 a 90 dias. A ideia é fazer um aceno concreto aos EUA de que o Brasil deseja negociar a continuidade do acesso preferencial ao etanol de milho americano, mas mediante concessões comerciais da Casa Branca.

Segundo fontes que passaram a segunda-feira em tratativas no governo, o chanceler Ernesto Araújo tem pressionado o restante do governo por essa solução provisória. De acordo com os relatos, o ministro garantiu, nas conversas, que seria um prazo suficiente para arrancar uma contrapartida dos EUA, como melhores condições de acesso para o açúcar brasileiro naquele país e a reversão da medida recém-aplicada contra o aço semiacabado.

No fim de semana, o governo americano anunciou a redução da cota de importação com tarifa zero de aço brasileiro, interpretada por Brasília como uma retaliação imediata ao fim da cota do etanol. No sábado, os ministérios da Economia e das Relações Exteriores divulgaram nota conjunta em que afirmaram acreditar na retomada do diálogo franco e construtivo e na “excepcional qualidade das relações bilaterais”.

Com ou sem cota, a decisão terá pouco efeito no mercado, já que o volume de etanol importado pelo Brasil caiu em relação ao ano passado. Mas tem grande potencial para gerar tensão política entre os aliados Jair Bolsonaro e Donald Trump.

Para o americano, a manutenção da preferência - ou uma abertura maior - é importante politicamente, já que o etanol dos EUA, à base de milho, é feito com os grãos do “Corn Belt”, região americana onde o Partido Republicano costuma ganhar as eleições. Em uma disputa presidencial tão apertada como a atual, Trump não quer desagradar aos fazendeiros de Estados como Iowa e Indiana. Se aprovada, a cota por 90 dias pode beneficiar sua posição, já que o pleito é em novembro.

Um negociador brasileiro indica a necessidade de Brasília conversar com Washington sobre um aumento da mistura de etanol na gasolina vendida nos EUA. “Sobre outros produtos, a pauta existe, mas não vamos colocar sobre a mesa enquanto não houver sinalização clara do que pretendem negociar e qual o mandato [para fazer concessões]”, disse.

Mais de 90% do etanol importado pelo Brasil vem dos EUA. Em 2019, foram 1,3 bilhão de litros, ainda um volume pequeno perto da produção e do consumo nacionais. O país produziu 35,5 bilhões de litros no ano passado, mas o volume cairá neste ano por causa da pandemia. No período de vigência da cota, do fim de agosto de 2019 a julho deste ano, foram importados 1,06 bilhão de litros de etanol americano.

A preocupação está na redução do consumo no Brasil e em possíveis prejuízos adicionais à cadeia, afetada fortemente pela pandemia - além de um desestímulo à indústria de etanol de milho, ainda em estruturação.

A cota de 750 milhões litros isentos de tarifa expirou no domingo. As compras do combustível de fora do Mercosul passaram a ser taxadas em 20% desde ontem. A cota estava em vigor desde 2017 e o governo americano tem cobrado a abertura do mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/09/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Rafael Walendorff e Camila Souza Ramos — De Brasília e São Paulo

Título: Resistência à medida ganha reforço no país

Usinas brasileiras de etanol a partir de milho engrossam o coro contra cota para o biocombustível importado

A resistência da indústria nacional à renovação da cota de etanol sem tarifa encontrou nas usinas que produzem etanol a partir de milho um reforço de peso nas conversas com Brasília. Embora o governo ainda possa criar outra cota, o segmento foi o fiel da balança para convencer a equipe econômica a não partir para a renovação automática.

A indústria emergente diz que seria uma “incoerência comercial e ambiental” conceder livre mercado à produção subsidiada e mais poluente dos EUA. A oferta de uma contrapartida para facilitar a exportação de açúcar brasileiro em troca também não agrada a essa ala do setor produtivo.

“Não é justo o nosso governo ter uma política para uso do etanol e o produtor de etanol americano vir gozar do programa ambiental brasileiro com milho subsidiado”, disse ao **Valor** Guilherme Nolasco, presidente da União Nacional do Etanol de Milho (Unem). “Não é protecionismo. Podemos fazer livre comércio desde que lá exista uma política de obrigatoriedade de uso do etanol na gasolina.”

Atualmente, a mistura de etanol na gasolina nos Estados Unidos é de 10%. A mistura de 15% está permitida, mas a infraestrutura para garantir essa oferta é pequena.

Os produtores brasileiros de etanol de milho, concentrados em Goiás e Mato Grosso, temem que o etanol dos Estados Unidos destrua a competitividade de seu produto no Norte e no Nordeste, mercados que ambicionam atender em função de melhorias de infraestrutura.

O temor é compartilhado pelas usinas do Centro-Sul. “Parte da produção do Centro-Sul vai para o Nordeste. Se vier mais etanol dos Estados Unidos, vai destruir o preço nacionalmente”, afirmou Evandro Gussi, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Gussi disse que uma retomada da cota provocaria “instabilidade nos preços”, dado que o Centro-Sul está com estoques anormalmente elevados por causa da pandemia, enquanto as usinas do Nordeste começam sua safra neste mês. “A cota é um absurdo, independentemente de tamanho ou duração. Onde está o interesse nacional nessa história?”.

As vendas domésticas de etanol na primeira metade de agosto caíram 16% ante o mesmo período de 2019, enquanto os estoques monitorados pelo governo estavam 55% maiores em 31 de julho.

As usinas nordestinas esperam que a não renovação da cota abra espaço para uma discussão “paritária” sobre o comércio bilateral de açúcar e etanol. “Precisamos negociar diante de bases que envolvam o binômio açúcar e

etanol”, disse Renato Cunha, presidente da NovaBio, que representa as empresas da região.

O lobby da indústria brasileira incomodou os americanos. Ao **Valor**, o presidente da Associação de Combustíveis Renováveis, Geoff Cooper, disse que, se for confirmado o fim da cota, vai “agressivamente defender a implementação de tarifas recíprocas sobre importações de etanol brasileiro”. Ele defendeu o protecionismo de Donald Trump e sua postura de “buscar reciprocidade”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/09/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Câmara põe em votação novo marco para setor de gás

Governo conta com aprovação do projeto para atrair competidores privados para mercado e destravar até R\$ 43 bi em investimentos

Aposta do governo para destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões e reindustrializar o País, o novo marco do gás deve ir à votação hoje na Câmara. Alinhado ao novo mercado de gás, programa do governo mais conhecido como “choque da energia barata”, a proposta abre um setor que até pouco tempo era dominado pela Petrobrás. Com a decisão da estatal de deixar o negócio de distribuição – onde é sócia de 19 de um total de 26 distribuidoras – e vender sua malha de gasodutos e estruturas essenciais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que a chegada de novos concorrentes no setor pode fazer com que o preço do gás caia até 40%.

O texto em avaliação na Câmara traz adaptações para essa nova fase (mais informações nesta página). Ele muda o regime de exploração de gasodutos para o de autorizações, mais simples que as atuais concessões, e impede que uma empresa atue em várias etapas da produção e impede a relação societária entre transportadores (atividade exercida por monopólio) e produtores e comercializadores (em regime competitivo). Além disso, a proposta assegura o livre acesso de outras empresas a infraestruturas essenciais – como gasodutos, unidades de processamento e terminais de liquefação e regaseificação de GNL.

Por fim, prevê regime de contratação de capacidade de gás por pontos de entrada e saída na malha de gasodutos de transporte, o promete agilizar e desburocratizar a prestação do serviço de transporte. O relator do projeto, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), vai manter o texto aprovado no ano passado pela Comissão de Minas e Energia da Casa e espera amplo apoio dos

parlamentares. Na aprovação do regime de urgência para tramitação da proposta, foram 323 votos favoráveis.

Aprovado em plenário na Câmara, o texto seguirá para o Senado. “O texto já foi amplamente discutido e é conhecido por todos. Não existe ambiente para novos adiamentos”, afirmou. “Todo o setor produtivo nacional está alinhado com o texto, à exceção das distribuidoras.” Na outra ponta, o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) vai defender três mudanças na proposta: a autorização para construção de termoelétricas longe da costa, a permissão para uma mesma empresa atuar em várias etapas da produção e o veto à transformação de gasodutos de distribuição (de uso exclusivo da distribuidora) em gasodutos de transporte (de uso compartilhado).

Para o deputado, o texto vai viabilizar a queda de preço do gás, mas por meio de importações, e não da exploração do pré-sal. Por isso, avalia que é preciso uma política pública para construção de gasodutos. “O governo constrói rodovias e depois licita para a iniciativa privada. Por que não faz o mesmo com gasodutos?”, questionou. Ele diz que a mudança de status de alguns gasodutos pode elevar a insegurança jurídica e afirma que os riscos de uma mesma empresa dominar várias etapas de produção podem ser controlados pelas agências reguladoras.

‘Novo mercado’. Associações de produtores, transportadores e consumidores defendem a proposta de Oliveira, entre elas a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), presidida por Paulo Pedrosa. “É curioso ver gente do Rio sem entusiasmo pela proposta, que é extraordinária para o Estado. E outras de Estados com vocação por renováveis defenderem térmicas distantes que vão encarecer a energia de seus Estados e tomar o espaço da expansão renovável”, disse Pedrosa. “Essa é a hora da escolha. Vamos aprovar o texto original de convergência do mercado ou vamos trocar o monopólio estatal por monopólios privados regionais?”.

Já o presidente executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Augusto Salomon, reitera que o projeto precisa estimular investimentos para a construção de infraestrutura para acelerar a produção de gás natural. Para ele, isso só será assegurado com demanda firme – no caso, termoelétricas a gás natural inflexíveis, ou seja, de uso contínuo. “Com essas âncoras de consumo, incorporadas no projeto de lei, os investidores terão muito mais segurança jurídica para fazer os aportes”, disse ele.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/09/2020****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO****Título: Gigantes do petróleo enfrentam o desafio da adaptação à economia verde**

Britânica BP e norueguesa Equinor apostam em energia solar, enquanto Petrobrás buscará compensar emissões via crédito de carbono

A adequação da matriz energética a uma economia de baixa emissão de carbono está na lista de prioridades das grandes petrolíferas do mundo todo. Mas empresas do setor adotam diferentes estratégias para fazer frente às mudanças climáticas. Algumas têm direcionado seus investimentos para a produção de fontes renováveis, enquanto outras para o desenvolvimento de tecnologias que minimizem os efeitos colaterais do petróleo e de seus derivados no meio ambiente. Com a segunda matriz energética mais limpa do mundo, atrás apenas da Noruega, o Brasil é uma potência ambiental em fontes renováveis, já que extrai boa parte de sua energia dos rios, do vento e do sol, além da agricultura.

No entanto, apesar de o País já ser referência, há espaço para melhora: as fontes fósseis ainda respondem por 55% do consumo interno. Entre as petrolíferas globais, que há um século dominam o mercado global de energia, o prazo de adequação a uma agenda de redução de emissão de gás carbônico é longa, variando de 2030 a 2050. E o gasto na geração de energia por fontes de renováveis é baixo – menos de 5% do orçamento das empresas em 2019, segundo estudo do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo e Gás Natural (Ineep).

Caminhos. Há um grupo de petrolíferas que está ampliando o investimento em fontes renováveis, como a britânica BP. Em 2017, a multinacional comprou 43% do capital da Lightsource, líder em indústria solar na Europa. Por aqui, a empresa possui 2 gigawatts (GW) de painéis solares, além de ser sócia da BP Bunge Bioenergia, vice-líder do setor sucroenergético no País. A norueguesa Equinor trilhou caminho semelhante ao assumir cerca de 10% do capital acionário da Scatec Solar ASA, em 2018. “Até 2035, aumentaremos nossa capacidade instalada de energia renovável em 30 vezes em relação a hoje”, disse a assessoria de imprensa da empresa.

No Brasil, por meio da Statec Solar ASA, a empresa desenvolve o complexo de energia solar Apodi, no Ceará. A Petrobrás, porém, se alinhou a companhias norte-americanas e tem preferido focar em projetos de redução de emissão de

carbono (leia mais ao lado). A estatal tem só uma usina solar, em Campos dos Goytacazes (RJ). “Há diferentes padrões de estratégias nacionais e empresariais nessa agenda. Como os fundos de investimento verde e bancos têm aumentado o apetite por ativos de fontes renováveis, o que tem movido as companhias petrolíferas são, acima de tudo, as dimensões financeira e tecnológica do novo cenário, mais do que as preocupações estritamente ambientais”, avalia o coordenador técnico do Inep, William Nozaki.

Clarissa Lins, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), vê no Brasil uma vocação especial para atrair projetos de compensação de emissões, com soluções baseadas em recursos naturais. Neste caso, o foco não é a substituição dos combustíveis fósseis, mas a adoção de contrapartidas limpas para cada tonelada de gases de efeito estufa emitida. Uma forte defensora desse modelo é a anglo-holandesa Shell, que aposta em projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas. “A Shell tem um objetivo muito claro: é ter esse crédito de carbono em mãos nesse mundo que vai passar para uma fase pós-Acordo de Paris e se tornar operacional”, disse Monique Gonçalves, gerente de estratégia e planejamento da petrolífera.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/09/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Estatal se desfaz de ativos renováveis e foca em petróleo

A gigante brasileira Petrobrás, que nos últimos anos ampliou o foco no retorno financeiro aos investidores por meio da priorização dos ativos do pré-sal, tem se concentrado no universo dos fósseis e está se desfazendo de seus últimos de ativos de fontes renováveis. A estatal colocou à venda a PBio, que reúne suas usinas de biocombustíveis, e alienou uma série de participações em outros projetos do tipo. Além disso, está prestes a passar para a frente duas geradoras eólicas e ainda negocia a venda de outras duas geradoras eólicas, todas integrantes de um parque instalado no Rio Grande do Norte.

“O mundo consumia 100 milhões de barris por dia de petróleo antes da pandemia. Agora, consome um pouco menos e isso não vai acabar nas próximas décadas. Por isso, é importante que empresas como a Petrobrás ofereçam petróleo limpo (com menos enxofre e gás carbônico) e barato”, afirmou o gerente de Estratégias da Petrobrás, Rafael Chaves Santos, sinalizando que a estatal vai focar nos fósseis ainda por muitos anos. “Nosso compromisso de

baixo carbono tem muitas frentes. Armazenar carbono (por reinjeção no subsolo) é uma delas e tem dupla motivação. Além de não emitir, com essa medida estimulamos a produção do reservatório”, disse o executivo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/09/2020

Seção: Espaço Aberto

Autor: Paulo Hartung

Título: A economia verde pode ter o selo ‘made in Brazil’

Das trágicas crises, como a que estamos atravessando por causa da pandemia da covid-19, certamente restam dores irremovíveis de nosso coração e de nossa alma. Mas, apesar de ainda estarmos em plena caminhada de travessia deste tempo crítico, já fica evidente uma lição desta quadra dramática da História: é preciso reinventar nossa interface com a natureza. O movimento de conscientização ambiental, especialmente entre os jovens, tem ganhado corpo rapidamente. Essa é a base de uma sociedade moderna, composta por novos cidadãos e consumidores mais conscientes.

Na Europa, esse olhar foi decisivo para o New Green Deal, plano de recuperação da região com investimento de 750 bilhões de euros. A discussão ecoa pelo mundo. O candidato democrata à Presidência dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que vai lidar com “as realidades inegáveis e as ameaças cada vez maiores das mudanças climáticas”. Quando o tema é meio ambiente, o Brasil entra obrigatoriamente em cena, seja por seu potencial, seja pelos fatos danosos que se acumulam nos últimos meses. Enquanto os debates vão na direção da sustentabilidade, o Brasil toma rumo contrário, especialmente na Amazônia, com desmatamento, queimadas, garimpo e grilagem de terras, entre outras ilegalidades.

No agora já há impacto econômico: o anúncio de retirada de capital do mercado brasileiro de carnes feito pela finlandesa Nordea Asset Management. Para o amanhã precisamos investir nossa energia para tornar a economia verde um dos motores que farão o País ter forças de reação no pós-crise. E nem é preciso reinventar a roda. A Região Amazônica representa 60% do território brasileiro. Lá se encontram 74% das atividades extrativistas que respeitam o meio ambiente, como as de sementes, frutos, óleos e resinas. O caso mais conhecido é o do açaí, que movimenta US\$ 1 bilhão por ano. Cacau, guaraná, seringueira, castanha do Brasil são outros exemplos.

Uma série de startups está investindo na região para de lá disseminar pelo mundo uma gama de produtos sustentáveis, como cosméticos, café e chocolates nativos, entre outros. Mas mesmo com toda essa riqueza em mãos e

com rumos evidentes a serem seguidos, a região representa apenas 8% do produto interno bruto (PIB) nacional. Mais de 25 milhões de brasileiros estão na Amazônia, muitos deles vivendo abaixo da linha de pobreza, com dificuldades de infraestrutura, como comunicação e saneamento básico. Não se pode encarar o desafio amazônico como pauta deste ou daquele governo, mas como uma questão de Estado.

Temos a chance de envolver todos os atores interessados em discutir o melhor para o futuro do Brasil, acadêmicos, ambientalistas, setor privado, poder público e, especialmente, os moradores da região, incluindo os de pequenas e grandes cidades, ribeirinhos e povos tradicionais. É por meio desse diálogo organizado que conheceremos as possibilidades reais de criar meios de tornar o local um polo industrial de bioprodutos, tornando viáveis as condições logísticas, os financiamentos, a capacitação, a tecnologia e a ciência para aquela porção do nosso território.

A iluminar esse caminho, além dos exemplos citados na região, temos casos muito bem-sucedidos de bioeconomia em outras localidades do Brasil, como a indústria de biocombustíveis, atualmente a segunda maior produtora de etanol do mundo. A Raízen exporta tecnologia para produção do etanol de segunda geração. Assim, a companhia mira os royalties, enquanto o meio ambiente é beneficiado. Outro caso é a indústria de base florestal que trabalha comumente em áreas antes degradadas, cultivando árvores que dão origem a produtos fundamentais no nosso dia a dia, como papel, embalagens de papel e pisos laminados, entre outros.

Mesmo consolidada, seus dois pés estão no futuro e da madeira virá uma infinidade de alternativas a materiais de origem fóssil. São fios têxteis com uso de até 90% menos água e químicos, bio-óleos e nanocristais de celulose para telas LCD, entre outros. O País é o lar da maior floresta tropical e da maior biodiversidade do mundo. Cuidar desses ativos é do interesse dos brasileiros. Com uma nova atitude em prol da preservação, o produto feito no Brasil passa a valer mais para esse novo mundo que quer a sustentabilidade. Engrandece a marca Brasil.

A floresta já tem inúmeros benefícios para a economia brasileira, com serviços ambientais que ajudam na competitividade da agricultura, com regimes de chuvas, permitindo em muitas culturas até três safras por ano. Que o Brasil mude de vez o rumo de sua interface com o meio ambiente. Temos um patrimônio verde incomparável. Temos oportunidades de produção inclusiva e sustentável a nos inspirar. Temos o clamor pelo respeito à natureza. Agora é preciso reinventar nossa relação com o planeta. Afinal, é da vida que se trata – da minha, da sua, de todas e todos nós, hoje e amanhã.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/09/2020**Seção:** Tendências/Debates**Autor:** Marina Rocchi Martins Mattar**Título:** A nova era do 'capitalismo moral'

Lucro deverá estar associado a uma postura social e ambientalmente correta

Mestre em relações internacionais, é membro do comitê de direção da Carbon Pricing Leadership Coalition (Banco Mundial) e diretora de relações institucionais da Abear (Associação Brasileira de Empresas Aéreas)

Desde sua origem na enciclopédia, em 1753, o termo capitalismo foi associado ao conceito de ser um homem rico. Apenas no século 19, com o radicalismo de Karl Marx, ganhou o conceito negativo de exploração do homem pelo homem — não obstante, como a história comprovou, seja o único sistema que permite ascensão social.

Neste início de século 21, o mundo tem sido sacudido por um crescente vendaval de surpreendentes atitudes empresariais: companhias nos Estados Unidos boicotaram fortemente o Facebook; patrocinadores pressionaram times de futebol americano de nomes com conotações racistas a estudarem novas denominações para suas equipes; e empresários brasileiros exigiram do governo federal e do Congresso ações para reduzir o desmatamento na Amazônia.

BlackRock, um fundo que gerencia recursos da ordem de US\$ 7,32 trilhões, restringiu o investimento em 53 empresas que não demonstraram progresso no combate ao aquecimento global.

É o início do que poderíamos chamar de “capitalismo moral”, em que o lucro necessariamente deve estar associado a uma postura social e ambientalmente correta.

O desenvolvimento sustentável deixou de ser algo romântico, pregado por alguns idealistas, para aterrissar nas mesas dos líderes das maiores empresas do mundo. As companhias antes fortemente comprometidas com a economia à base de petróleo mudaram seu foco e direcionam seus negócios para a economia verde. As energias solar e eólica ganham força em todos os países do mundo, substituindo o petróleo e o carvão. A família Rockefeller e o Fundo Soberano da Noruega anunciaram que não investirão mais nesses setores, direcionando seus recursos para segmentos ambientalmente mais sustentáveis.

Nosso país tem um enorme potencial para liderar as discussões sobre economia de baixo carbono. Temos uma indústria forte e diversificada, um mercado

crecente, somos ricos em matérias-primas — com uma das maiores reservas de lítio e a maior biodiversidade do mundo. É a hora de atrair investimentos!

Além disso, os consumidores exigem providências concretas para oferecer igualdade de oportunidades de crescimento profissional às mulheres, aos negros e aos portadores de deficiência. Já não é suficiente a empresa se preocupar apenas com a poluição do meio ambiente, é imprescindível um forte compromisso de agir para reduzir o aquecimento global.

A sociedade continua reconhecendo a importância do capitalismo como modelo que permite o crescimento pessoal e a ascensão social; contudo, cada vez mais exige que esse sistema seja socialmente mais justo, com forte compromisso em reduzir as desigualdades e preservar o mundo para as gerações vindouras.

Investimentos resilientes ao clima oferecem também um bom retorno. Como destaca Alexandre Kossoy, do Banco Mundial, “investimentos adaptados ao clima, quando você compara com os investimentos tradicionais, vão resultar em uma economia de mais US\$ 4 trilhões — o equivalente a um retorno de quatro dólares para cada dólar investido”.

O “capitalismo moral” veio para ficar. As empresas que souberem se adaptar rapidamente às novas exigências da sociedade estarão mais bem preparadas para conseguir recursos para seus investimentos e os melhores talentos no mercado de trabalho.

Bem-vindos aos novos tempos!

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/09/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: O impossível nó do gasto público

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

O Brasil não está cumprindo a regra de ouro e o teto de gastos não entregou o que prometeu. No ano que vem será necessário pedir um crédito extraordinário de quase meio trilhão de reais para fingir que se cumpre a regra de ouro. Mesmo se não houvesse a pandemia, o problema existiria. O Brasil está há seis anos com déficit primário e só deverá voltar ao azul em 2027, no governo do sucessor do próximo presidente. É perigoso manter rombo por tanto tempo. Erros do passado e incapacidade no presente nos mantêm nesse atoleiro.

Pela regra de ouro só se pode endividar para investimento ou amortização da dívida. Não pode ser para pagar despesas de custeio, e nisso entram os juros. Só que o Tesouro terá um custo alto no ano que vem com vencimento de papéis antigos. No começo do segundo governo Dilma, a taxa de juros disparou e foi a 14,25%. Naquela época, o Tesouro vendeu muita LFT, corrigida pela Selic, e por prazo de seis anos. Esses papéis estão vencendo em 2021, e terão que ser pagos. Agora, com os juros baixos, o Tesouro só consegue vender títulos de seis meses. Essa é uma das várias confusões do orçamento.

O teto de gastos foi apresentado com a promessa de reduzir a despesa lentamente. Ele foi aprovado em 2016. O Brasil reduziria a despesa primária em meio ponto percentual a cada ano, segundo as projeções. Em dez anos essa queda seria de 5 pontos percentuais do PIB. Então, teoricamente, se sairia de 2,5% do PIB de déficit em 2016 para um superávit de 2,5% em 2026. Só que não. Em 2016, quando o teto foi aprovado, a despesa era de 19,9% do PIB. Para o ano que vem, ela está projetada em 19,8% do PIB. E isso se o país crescer em 2021 os 3,2% que o governo está prevendo. O que deu errado? O país perdeu receita tributária. Exatos dois pontos percentuais do PIB. Primeiro, porque cresceu pouco, e depois veio novo tombo. No ano do teto, o déficit foi 2,6% do PIB, no ano que vem deve ser de 3% do PIB. Economistas dizem que sem o teto teria sido pior.

O Orçamento de 2021 traz alguns mistérios. Não tem dinheiro para o Renda Brasil, nem para o programa Pró-Brasil. Há apenas um aumento da verba do Bolsa Família. Insuficiente para o novo programa. Para os ministérios de Rogério Marinho e Tarcísio de Freitas há redução de verbas. Imagine que o presidente Bolsonaro mude de ideia e deixe o ministro Paulo Guedes fazer o que ele havia planejado, acabar com o abono salarial e levar o dinheiro para o novo programa. Mesmo assim não resolveria. O dinheiro do abono do ano que vem já é devido a quem está trabalhando no mercado formal em 2020. O fato gerador ocorre este ano. Além disso, o Orçamento foi feito com o pressuposto de que será mantido o veto à desoneração dos setores que mais empregam. Se o Congresso derrubar o veto, abre-se um novo buraco de R\$ 5 bilhões.

Apesar de não ter dinheiro para nada, o governo gastará R\$ 4 bilhões capitalizando estatais. É que para vender a Eletrobras precisará transformar a Eletronuclear numa empresa 100% do Tesouro. E depois o plano é ela se endividar com garantia do governo. Esse buraco sem fundo tem nome: é Angra 3. Tem uma dívida de R\$ 8 bilhões e não construiu nem metade da usina. Terá que gastar, segundo cálculo de um especialista, mais R\$ 16 bilhões. E se a opção for desistir dela, terá que reconhecer um prejuízo de R\$ 10 bi.

Por onde se olhe nos gastos públicos só há problemas. Aí o Ministério da Economia faz uma proposta que parece simples: quebre-se o piso. O secretário

Waldery Rodrigues explicou que R\$ 700 bilhões são despesas indexadas por índice de inflação, por salário mínimo ou pela receita corrente líquida. O que ele quer dizer com isso? Que educação e saúde não seriam corrigidos, que os benefícios previdenciários ficariam congelados. Se houver também a desvinculação seria obrigatório fazer várias mudanças na Constituição.

E se o governo conseguir criar um novo imposto? Mesmo se a receita crescer por causa de um novo tributo, não resolve, porque o teto só permite que as despesas cresçam pelo índice da inflação em 12 meses até junho. Foi de 2,1%. Para sair desse beco sem saída, era preciso ter um governo unido, com uma proposta clara, e base sólida no Congresso. Não se tem nada disso. O governo tem apenas um presidente correndo atrás da reeleição.

MME-Assessoria de Comunicação: Destaques dos Principais Jornais do dia

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1872 JULIO MESQUITA (1864 - 1927)

Terça-feira 1 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46340

estadão.com.br

NA QUARENTENA
ARTE QUE
CONFORTA

Museu de Amsterdã, que levou reprodução de obra para casas de repouso, é um exemplo de boa iniciativa. PÁG. H1

IOGA
CONTRA
O MEDO

Pesquisa sobre saúde mental reforça importância da atividade física. PÁG. H2

Esportes

NEYMAR ANUNCIA QUE FICA NO PSG. Atacante nega transferência e afirma que quer ser campeão da Europa. PÁG. A24



Governo prevê que País terá, pelo menos, 13 anos de déficit fiscal

Rombo nas contas públicas, que começou em 2014, poderá ir até 2026 ou 2027

Proposta orçamentária apresentada pelo governo ao Congresso prevê déficits entre 2021 e 2023, num total de R\$ 572,9 bilhões. Segundo o secretário do Tesouro, Bruno Funchai, com as projeções de mercado sobre juros e crescimento da economia, e caso o governo respeite o teto de gastos até 2026, o déficit poderá ir até 2026 ou 2027, numa

seqüência de pelo menos 13 anos de rombos sucessivos. O governo gasta mais do que arrecada desde 2014, ainda na gestão Dilma Rousseff. Na prática, pelas projeções da equipe econômica, o vencedor das eleições presidenciais de 2022 terá uma gestão marcada pela permanência no desequilíbrio das contas. Em 2020, o rombo ficará em torno

de R\$ 800 bilhões por causa de gastos emergenciais de combate à pandemia. Promessa do governo Bolsonaro para a fase pós-covid, o programa social Renda Brasil poderá contar com R\$ 34,9 bilhões previstos para o Bolsa Família em 2021. O valor é maior que os R\$ 29,5 bilhões previstos inicialmente no Orçamento deste ano. ECONOMIA / PÁGS. B1 e B4

Operação da PF bloqueia R\$ 252 mi do PCC

Em operação de combate ao tráfico de drogas e lavagem de dinheiro praticados por integrantes do Primeiro Comando da Capital em 19 Estados e no DF, foram emitidos 422 mandados de prisão e 201 de busca e apreensão pela Justiça de Belo Horizonte, que ordenou também o bloqueio de R\$ 252 milhões em contas investigadas. METRÓPOLE / PÁG. A18

● Polícia Federal em alerta A PF informou que, após a operação de ontem, está atenta a possíveis retaliações que podem ser feitas por integrantes do PCC. PÁG. A18

Farmácia Popular pode distribuir cloroquina

O governo pode incluir medicamentos sem eficácia comprovada contra a covid-19 no rol de produtos fornecidos gratuitamente ou com desconto de até 90% pelo Farmácia Popular. O Ministério da Saúde estuda a "viabilidade econômica" de distribuir hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina para contaminados pelo vírus. METRÓPOLE / PÁG. A20

21,3 milhões

é o número de pessoas que foram atendidas pelo Programa Farmácia Popular em 2019



Imóveis em alta em São Paulo

Operário trabalha em obra na região de Pirituba; inflação baixa, juros dos financiamentos em queda e baixa rentabilidade das aplicações financeiras fizeram com que o mercado imobiliário na cidade de SP registrasse alta de 45,5% nas vendas em julho, na comparação com junho, e 21,1% acima do registrado no mesmo mês do ano passado. ECONOMIA / PÁG. B8

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	121.515
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	619
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	866
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.910.901
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ ÀS 20H DE ONTEM	48.785
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.097.734

*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

NOTAS E INFORMAÇÕES

Entre o vírus e a reeleição

Os problemas das contas públicas tornam fundamental a retomada da consolidação fiscal, mas Jair Bolsonaro parece estar concentrado na reeleição. PÁG. A3

Quem pode afastar um governador

Afastamento de Wilson Witzel foi medida drástica demais, com efeitos sobre o Estado. PÁG. A3

Tempo em SP 18° Mín. 23° Máx.

Eliane Cantanhêde

"Imunidade parlamentar" para Flor-de-lis e transformar médico em polícia e vítima em réu são, antes de tudo, imorais. POLÍTICA / PÁG. A12

Ana Carla Abrão

A luta distributiva justa contempla uma reforma administrativa ampla e contrapõe direitos a privilégios. ECONOMIA / PÁG. B4

Governador do RJ se alinha ao Planalto

POLÍTICA / PÁG. A4

Biden e Trump trocam acusações nos EUA

INTERNACIONAL / PÁG. A16



Esta publicação é certificada pelo Conselho Brasileiro de Selos Florestais (CBF) e possui o selo FSC® C113259. Para saber mais sobre o selo FSC, visite o site www.fsc.org.br. O selo FSC garante a origem sustentável da madeira e dos produtos derivados.

A OITAVA MARAVILHA DO MUNDO.

TIGGO 8

VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7.

VerCapas.com.br

QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.389

TERÇA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

ENTREVISTA

Sérgio Abranches
Bolsonaro caiu
numa armadilha
com o auxílio

Cientista político que cunhou o termo presidencialismo de coalizão avalia que Jair Bolsonaro ignora o modelo e vai ao centrão em busca de imunidade. Para ele, o presidente faz transição para o modelo autocrático populista com o auxílio emergencial. "Ele caiu numa armadilha e terá que se desvair com parte do Congresso e com o mercado." Poder A9

Executivo, pelo 3º ano, terá
que pedir aval para gastos

Orçamento, sem Renda Brasil, prevê R\$ 453 bilhões em emissão a ser autorizada pelo Congresso

O governo vai depender do Congresso pelo terceiro ano seguido para pagar aposentadorias, salários e Bolsa Família. Segundo a Proposta de Lei Orçamentária Anual, serão R\$ 453,715 bilhões em emissão de títulos públicos.

A estimativa foi divulgada ontem pela equipe de Paulo Guedes (Economia). O governo precisará de aval do Legislativo para aprovar o Orçamento de 2021, liberar os valores condicionados e não ferir a regra de ouro.

A norma impede que o Executivo se endivide para pagar despesas correntes, como salários, Previdência e benefícios assistenciais. Em 2019, Guedes pediu ao Congresso que R\$ 248 bilhões fossem obtidos com títulos.

Como antecipou a Folha, recursos para o Renda Brasil, programa com o qual o governo quer substituir o Bolsa Família, não estão previstos no projeto de Orçamento. O governo espera aprová-lo para aí ajustar a peça.

O texto prevê ainda aumento de 2,1% no salário mínimo e um crescimento do PIB de 3,2%. Mercado A17

Extensão de auxílio deve custar R\$ 100 bi e rombo encosta em R\$ 1 tri A18

Informalidade e
apuração explicam
demora do PIB

O IBGE divulga hoje resultado do PIB do segundo trimestre, já informado por outros países. Para especialistas, atraso reflete apuração mais completa e escassez de dados fiscais. Queda deve ser de 8,8%, diz FGV. Mercado A19

Cristina Serra
O 'legado' de
Toffoli no STF

Por que Dias Toffoli teve dois generais da reserva no gabinete? Há quem veja como canais abertos com as Forças Armadas. Se foi esse o intuito, mostrou-se malogrado. Opinião A2

Planalto pressiona
STJ por derrota de
Witzel amanhã

O Planalto pressiona o Superior Tribunal de Justiça a manter o afastamento de Wilson Witzel (PSC) do governo do RJ. O presidente Jair Bolsonaro já iniciou aproximação com o governador interino, Cláudio Castro (PSC). Poder A4

Estado alterado



Daniel Verpa/Folhapress

MACONHA ESTATAL NO URUGUAI AINDA DECEPCIONA USUÁRIOS

A ativista Alicia Castilla fuma maconha em sua casa na praia de El Fortín. Exigência de registro, produto insuficiente e de baixa qualidade e veto da compra por estrangeiros são criticados no país, o primeiro a legalizar a droga, há seis anos, mostra o segundo capítulo da série Estado Alterado Mundo A10 a A12

Pandemia no Brasil

Brasil
Total 40,5 mil
Casos 3,9 mil
Óbitos 121,5 mil
856
Variação 33%
-7,6%
-10,8%
Dados das 20h de 31 ago. *Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

Sul Acelerado
Sudeste Estável
Nordeste Desacelerado
Centro-Oeste Reduzido
Norte Reduzido

Estados com
mais óbitos

1º SP 30 mil
2º RJ 16,1 mil
3º CE 8,4 mil

Situação nos municípios

Acelerado Limeira (SP)
Estável Brasília (DF)
Desacelerado Ilhéus (BA)
Reduzido Campinas (SP)
Santarém (PA)
Goiania (GO)
Porto Alegre (RS)
Itabuna (BA)

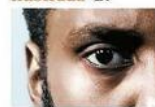
Avanço feminino é
testado com nova
regra nas eleições

Pauta feminista toma proporção inédita nos pleitos municipais com a obrigação de partidos destinarem 30% do fundo eleitoral para candidatas. Fim das coligações, em contrapartida, pode aumentar o número de laranjas. Poder A8

Megaoperação da
PF mira lavagem
de dinheiro do PCC

A operação, a segunda maior da história contra facções criminosas, envolveu cerca de 1.100 policiais, 422 mandados de prisão preventiva, 201 de busca e apreensão e bloqueio de R\$ 252 milhões dos envolvidos. Cotidiano B5

Ilustrada B7



O ator John David Washington, em 'Tenet' Divulgação

De volta ao
passado

Primeiro filme de grande orçamento a estrear desde a chegada da Covid-19, 'Tenet', de Christopher Nolan, é aposta de Hollywood para recuperar bilheterias.

Saúde B3

Apenas turista já curado vai poder entrar em Fernando de Noronha

Ciência B4

Refrigerantes e salgadinhos aceleram envelhecimento das células, diz estudo

Esporte B11

Cometi um erro inaceitável e fui entender racismo, diz Arthur Nory

SP paga extra
a professor e
reabre escola
em setembro

O governo de SP pagará adicional ao professor que quiser ampliar a carga horária para atender alunos em escolas estaduais a partir do dia 8. Também pode haver contratações extras.

A resolução a respeito da retomada nas redes pública e privada será publicada hoje. O retorno será gradual, e a presença dos alunos, opcional. Saúde B1

Brasil tem
queda de 12%
em mortes por
coronavírus

O Brasil teve em agosto redução no total de mortes ante o mês anterior. Foram 28.947 óbitos pela doença em agosto contra 32.912 em julho, queda de 12%.

Apesar da diminuição, ainda é cedo para falar em tendência consolidada de queda, segundo epidemiologistas. O recuo apenas é considerado sustentado a partir dos 15%. Saúde B2

Projeto contra
fake news pode
ficar para 2021

Poder A6

HK, da arma do
caso Marielle, não
vende mais ao país

Cotidiano B5

EDITORIAIS A2

É o Orçamento, ora Sobre o Renda Brasil e gastos projetados para 2021.

Hospital não é delegacia Acerca de portaria que constrange aborto legal.

Escola de elite terá
testes em massa e
área de isolamento

Saúde B1

Veterinário será
diretor no setor de
vacinação da Covid

Saúde B3

ISSN 1614-2723
9 777141 572032

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 197.389.357
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131

Product: O Globo PubDate: 01-09-2020 Zone: Nacional Edição: 1 Page: PAGINA_A User: Rasilva Time: 08-31-2020 22:49 Color: R



Análise na palma da mão

Aposte a câmera do seu celular para o QR Code e baixe o app do GLOBO. Tenha acesso a todos os columnistas, em tempo real, em um só lugar.



SEGUNDO EM QUARENTENA

'O árabe do futuro', HQ best-seller de Riad Sattouf, chega ao quarto volume

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO DE 2020 ANO XLVI N.º 3.802 - PREÇO DESTE EXEMPLAR R\$ 5,00

OS GASTOS DE 2021

Governo recua, e Educação terá orçamento maior que o da Defesa

Congresso precisará autorizar déficit para pagar a servidores pelo 3º ano consecutivo

Após a divulgação de documentos que previam gasto maior que o da educação em 2021, o governo recuou. Na Proposta Orçamentária Anual enviada ontem ao Congresso, o MEC tem R\$ 114,971 bilhões, e o Ministério da Defesa, R\$ 110,784 bi-

lhões. Pelo terceiro ano seguido, será preciso que o Congresso autorize o governo a descumprir a regra de ouro, que impede o endividamento para pagamento de despesas como salário de servidor e aposentadoria. Em 2021, o valor será de R\$ 453 bilhões. **PÁGINA 17**

MIRIAM LEITÃO **Falta proposta clara para escapar do beco sem saída** **PÁGINA 18**

Guardiões do Crivella: a censura no grito



Intimidação. No Salgado Filho, o servidor José Roberto impede paciente que perdeu um dedo de criticar atendimento

O "RJ2" da TV Globo, descobriu que o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, mantém um grupo de servidores, os Guardiões do Crivella, que ganham salários em torno de R\$ 4 mil para impedir que a imprensa denuncie problemas nas unidades de saúde ou que pacientes e seus parentes se queixem. Eles dão "plantão" na porta de hospitais. Entidades criticam a intimidação da prefeitura. **PÁGINA 11**

Fundo eleitoral gera disputa dentro do PSL

Com direito a R\$ 199,4 milhões do fundo eleitoral, o PSL ainda não definiu a divisão da verba. Diretório paulista, o mais resistente à aproximação com Bolsonaro e que ontem oficializou a candidatura da deputada federal Joice Hasselmann à prefeitura, pede R\$ 75 milhões, o triplo do que foi proposto. **PÁGINA 4**



Sou todo ouvidos!

Governador em exercício anuncia medidas para controlar gastos

Por decreto, Cláudio Castro cria comitê para fiscalizar despesas do Estado do Rio e congela pagamentos e contratações por dez dias. **PÁGINA 13**

MERVAL PEREIRA

O risco de um 'recesso democrático'

PÁGINA 2

CARLOS ANDREAZZA

Ilusão com Witzel não foi falta de aviso

PÁGINA 3

EDITORIAL

A SITUAÇÃO DRAMÁTICA DAS FINANÇAS ESTADUAIS

Socorro ao Rio é imperativo, mas não dá mais para conviver com improviso. **PÁGINA 2**

JOSÉ CASADO

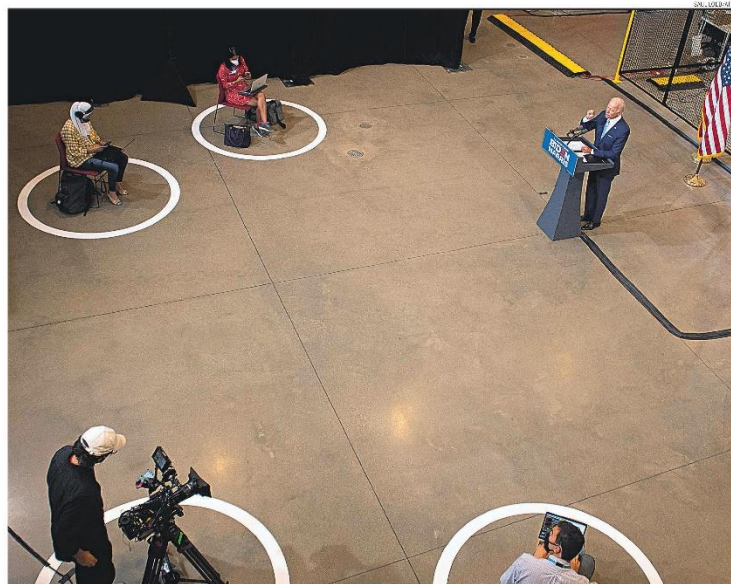
O zagueiro de R\$ 1 bi em dinheiro vivo

PÁGINA 3

BERNARDO MELLO FRANCO

A estreia do interino

PÁGINA 6



Biden reinicia campanha presencial nos EUA

Em seu primeiro evento presencial em meses, o candidato democrata, Joe Biden, rebateu ataques do presidente Donald Trump. Os dois acirram o debate sobre protestos contra o racismo e violência em distúrbios de rua. A diferença nas pesquisas caiu. **PÁGINA 21**

MANDATO A PERIGO Em SC, ex-bolsonarista luta contra processo de impeachment

AÇÃO CONTRA O TRÁFICO PF cumpre 422 mandados de prisão contra facção paulista

Globoplay lança pacote com os Canais Globo

A plataforma Globoplay lança hoje uma opção de pacote com a programação ao vivo de todos os Canais Globo, como GloboNews, Sportv, Multishow, GNT e TV Globo, além do streaming de programas, filmes e séries. **PÁGINA 19**

COVID PERISTENTE

Coronavírus: brasileira ficou 152 dias infectada

Equipe da UFRJ relata caso de uma mulher no Rio que ficou cinco meses infectada, transmitindo o vírus sem sintomas, informa ANA LUCIA AZEVEDO. É o maior período já registrado no mundo. **PÁGINA 9**

CONTAGIADOS 3.910.901 MORTOS 121.515

REAGE, RIO! Evento debate retomada do turismo no estado em sua 9ª edição **PÁGINA 15**

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1908, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.909 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,30

Escolha polêmica para chefiar vacinação

No Brasil das mais de 121 mil mortes por coronavírus e de quase 4 milhões de infectados, o ministro interino da Saúde, general Eduardo Pazuello, nomeou o médico veterinário Laurício Monteiro Cruz para comandar o departamento que coordenará possível vacinação contra a covid-19.

PÁGINA 5

Arquivo Pessoal



Noletto, um desbravador

O empresário pioneiro, de 84 anos, morreu devido à covid-19. Em Taguatinga, Antônio Carlos Noletto fundou o Planalto, uma das mais importantes redes de supermercados da cidade.

PÁGINA 18

CB.Poder



Pluralidade contra a violência

Em entrevista ao CB.Poder, a secretária do GDF Ericka Filippelli detalhou a eleição para o Conselho dos Direitos das Mulheres. É um reforço na luta contra o feminicídio.

O secretário de cultura, Bartolomeu Rodrigues, é o entrevistado do programa hoje, a partir das 13h20.

PÁGINA 16

Quando o peso é fator de risco

A obesidade agrava a covid-19, mostra estudo. Na França, cerca de 50% dos infectados com o vírus em UTI de hospital do país eram obesos e, pelo menos, 75% precisaram ser intubados.

PÁGINA 12



O quanto a obesidade agrava a covid-19

Samara Scheingel/CB.D.A.Press



Caçada aos R\$ 82 milhões

Movimento nas lotéricas já é grande para apostas no próximo concurso da Mega-Sena. O prêmio está acumulado mais uma vez e faz sonhar. Shirley Siqueira está confiante e se lembra de conhecidos que ganharam boas quantias. O sorteio será amanhã, às 20h.

PÁGINA 19

Ele jogou em Brasília



Ricardo Duarte/Internacional

Artífice do Brasileiro com quatro gols, Thiago Galhardo teve passagem relâmpago pelo futebol candango. Saiba como foi a trajetória do jogador de 31 anos pela capital, contada ao **Correio** pelo técnico do jogador na época em que ele disputou a Série D.

PÁGINA 14

Muita arte do DF nas redes!

O Circuito Candango de Culturas Populares se adapta ao período de pandemia e retoma as atividades e manifestações artísticas, como o samba de Breno Alves (E). As apresentações ocorrem em diferentes plataformas digitais. PÁGINA 22



Boi de Seu Teodoro



Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro



Bumba Maria



Orçamento de 2021 não traz previsão de concursos

Texto também não reserva recursos para o Renda Brasil e fixa o salário mínimo em R\$ 1.067. Após recuo do governo, a Educação terá mais dinheiro que o Ministério da Defesa

Pela regra constitucional que impõe um teto às despesas públicas, o Planalto não poderá gastar um centavo a mais, em 2021, que o valor de R\$ 1,485 trilhão estabelecido no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa). É a má notícia para quem sonha em ingressar no serviço público e que não estão previstos novos concursos no ano que vem. Haverá apenas reposições eventuais. Entre elas, as de professores, de pessoal das forças de segurança (como policiais e bombeiros do DF) e de militares das Forças Armadas. Idealizado para substituir o Bolsa Família, o Renda Brasil também não foi incluído na peça orçamentária. O governo vai negociar, mais adiante, para torná-lo uma realidade. Já o salário mínimo, que hoje é de R\$ 1.045, passará para R\$ 1.067, sem nenhum ganho real. Antes, estava estimado em R\$ 1.079.

PÁGINAS 2, 3, 6 E 7

Arquivo pessoal



Promoção para salvar 2020

Com descontos que podem chegar a 40%, comerciantes do DF tentam recuperar as vendas do ano, prejudicadas pela pandemia. Mais de duas mil lojas, entre elas a rede de roupas de Andrea Vasques (foto), aderiram ao evento Semana Brasil. Nas ruas, nos shoppings e no on-line, a ordem é atrair o consumidor de volta às compras. PÁGINA 19

Terremoto

Bahia registra 10 tremores de terra em menos de 24 horas

PÁGINA 5

Indulto

Maduro concede "perdão" a opositores e diz buscar a "paz"

PÁGINA 11

DF aperta o cerco aos traficantes

A apreensão de drogas na capital cresceu 200% este ano em relação a 2019. Foram oito toneladas de entorpecentes encontradas em operações, de janeiro até a última sexta-feira. Polícia Civil destaca ação dos serviços de inteligência.

PÁGINA 15



9 771808 266035

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@daabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(51) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS SA

MME / ASCOM .